# ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS EM GUINÉ-BISSAU: *uma revisão narrativa*.

Miloca Mário Té[1]

Edmara Chaves Costa[2]

**RESUMO**

Este estudo teve como objetivo analisar o cenário relacionado ao acesso a medicamentos essenciais em Guiné-Bissau, considerando potenciais implicações para a saúde pública. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir da análise de artigos científicos, documentos oficiais, relatórios técnicos, notícias jornalísticas e outras publicações relacionadas ao tema. Os estudos apontaram três categorias temáticas: a realidade do acesso a medicamentos, aspectos associados à farmacovigilância e a política nacional de medicamentos. Observa-se que a insuficiência de medicamentos nas unidades de saúde favorece a venda ambulante, a comercialização clandestina em hospitais e centros de saúde, a circulação de medicamentos falsificados e outras práticas irregulares, agravadas pelas limitações dos mecanismos de fiscalização. Também foram identificadas desigualdades no acesso aos tratamentos e riscos relacionados ao uso de medicamentos armazenados e comercializados em condições inadequadas. Os achados demonstram que essas dificuldades resultam de fatores estruturais e políticos que exigem o fortalecimento da assistência farmacêutica, da fiscalização sanitária e de estratégias que garantam o abastecimento regular e o acesso seguro aos medicamentos essenciais.

**Palavras-Chave:** Acesso a Medicamentos; Medicamentos Essenciais; Política Nacional de Medicamentos.

**ABSTRACT**

This study aimed to analyze the situation regarding access to essential medicines in Guinea-Bissau, considering potential public health implications. It is a narrative literature review based on the analysis of scientific articles, official documents, technical reports, news reports, and other publications related to the topic. The studies highlighted three thematic categories: the reality of access to medicines, aspects associated with pharmacovigilance, and the national medicines policy. It was observed that medicine shortages in health facilities foster street vending, illicit sales within hospitals and health centers, the circulation of counterfeit medicines, and other irregular practices, all exacerbated by limited regulatory oversight. Inequalities in access to treatments and risks associated with the use of medicines stored and sold under inadequate conditions were also identified. The findings demonstrate that these difficulties stem from structural and political factors, requiring the strengthening of pharmaceutical services and health regulation, as well as strategies to ensure a regular supply of and safe access to essential medicines.

**Key-Words:** Access to Medication; Essential Drugs; National Policy for Drugs.

[1] Curso de Farmácia, Discente, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará. E-mail: milocamariote2020@gmail.com.

[2] Instituto de Ciências da Saúde - ICS, Professora do Magistério Superior, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará. E-mail: edmaracosta@unilab.edu.br.

# 1 INTRODUÇÃO

O acesso a medicamentos essenciais constitui um dos pilares fundamentais dos sistemas de saúde e condição indispensável para a garantia do direito à saúde. A disponibilidade, qualidade e uso racional desses produtos terapêuticos estão diretamente relacionados à redução da morbimortalidade, ao controle de doenças e à melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, em contextos de baixa disponibilidade e dificuldades econômicas de acesso, fragilidades estruturais nos sistemas farmacêuticos comprometem o abastecimento regular e favorecem o surgimento de circuitos paralelos de comercialização de medicamentos (Ferreira et al., 2021).

Em Guiné-Bissau, o sistema de abastecimento farmacêutico enfrenta limitações estruturais importantes. A Central de Compra de Medicamentos Essenciais (CECOME) é responsável pela aquisição e distribuição de medicamentos no território nacional; porém, o fornecimento ocorre de forma irregular, associado a dificuldades de manutenção da cadeia de frio, falhas na gestão de estoque e insuficiência de padronização de equipamentos e infraestruturas sanitárias. Além disso, grande parte das estruturas de saúde depende do financiamento de parceiros externos, o que contribui para instabilidade no abastecimento e fragilidade na garantia do acesso contínuo aos medicamentos. Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário do país, os desafios da securitização do acesso a medicamentos incluem também a fraca institucionalização dos processos de aquisição, insuficiência de materiais e ausência de mecanismos eficazes de supervisão no setor farmacêutico, o que dificulta o controle do fornecimento regular de produtos terapêuticos (Guiné-Bissau, 2018).

Outro fator relevante é a inexistência de produção farmacêutica local. O país não possui indústria de medicamentos e depende integralmente da importação de produtos terapêuticos. Essa dependência externa, aliada à limitada capacidade regulatória e de fiscalização do mercado, favorece a circulação de medicamentos inadequados e falsificados, além de dificultar o controle da qualidade dos produtos disponíveis à população, que ainda ressaltou que, não existem projetos concretos de um possível instalação de uma indústria farmacêutica no país, o que reforça a dependência externa e limita a capacidade de controlo sanitário sobre os medicamentos disponíveis (ONUDI; OOAS, 2019).

Nesse contexto, as dificuldades de acesso formal impulsionam a procura por medicamentos no mercado informal. A comercialização irregular ocorre em vias públicas e mercados, muitas vezes realizada por vendedores não habilitados e sem condições adequadas de armazenamento, expondo os produtos a temperaturas inadequadas e comprometendo sua

eficácia terapêutica. Mesmo com ações de fiscalização, os vendedores continuam atuando e oferecendo medicamentos diretamente à população. De acordo com reportagens jornalísticas, os medicamentos são frequentemente transportados em mochilas e vendidos de porta em porta, sem controle das condições de conservação e sem garantia da qualidade terapêutica, colocando a saúde pública em risco (Darame; Barroso, 2011).

Além disso, investigações recentes evidenciaram a existência de estabelecimentos farmacêuticos a operar com licenças falsas e a presença de contrabando de medicamentos de origem duvidosa, o que demonstra fragilidade nos mecanismos regulatórios e institucionais do setor farmacêutico. Durante operações de fiscalização, várias farmácias foram encerradas e funcionários públicos detidos por suspeitas de corrupção, falsificação documental e usurpação de funções, reforçando a dimensão estrutural do problema. As autoridades também identificaram a venda de medicamentos em estabelecimentos não autorizados, evidenciando falhas na aplicação das normas regulatórias e na supervisão do funcionamento das farmácias (Lusa, 2022).

Paralelamente, o preço elevado dos medicamentos constitui outra barreira significativa de acesso. Em debate parlamentar, foi destacada a ausência de tabela nacional de preços e a grande disparidade em relação a países vizinhos, levando parte da população a recorrer a alternativas informais de aquisição. Também foi relatada a circulação de medicamentos falsificados em todo o país, agravando os riscos sanitários. Segundo o debate parlamentar, um mesmo medicamento pode apresentar grande diferença de preço em relação a países vizinhos da UEMOA, situação associada à inexistência de regulação nacional de preços e à venda irregular em farmácias, fatores que contribuem para o recurso ao mercado informal (Santos; Gomes, 2018).

Dessa forma, o mercado informal de medicamentos emerge não apenas como consequência de comportamento individual da população, mas como resultado de um conjunto de fatores estruturais: abastecimento irregular, ausência de produção local, fragilidade regulatória e barreiras econômicas de acesso. A utilização desses produtos pode provocar falhas terapêuticas, agravamento de doenças, resistência antimicrobiana e aumento da morbimortalidade, constituindo um problema relevante de saúde pública.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender a relação entre as limitações do acesso a medicamentos essenciais e a expansão do mercado informal, bem como suas implicações sanitárias. Assim, este estudo tem como questão central analisar **o acesso a medicamentos essenciais** na Guiné-Bissau, discutindo suas consequências para a saúde pública.

Tendo em conta a problemática que envolve o tema do acesso a medicamentos e o mercado informal no país, surge o seguinte questionamento: como o acesso da população a medicamentos essenciais em Guiné-Bissau é descrito pela literatura? E, por tanto, o objetivo da pesquisa consistiu em ***analisar o cenário relacionado ao acesso aos medicamentos essenciais em Guiné-Bissau, considerando potenciais implicações para a saúde pública.***

A literatura analisada demonstra que o acesso aos medicamentos essenciais na Guiné-Bissau ainda enfrenta dificuldades relacionadas ao abastecimento das unidades de saúde, ao elevado custo dos medicamentos, à dependência da importação e às limitações dos mecanismos de fiscalização. Ao mesmo tempo, os estudos apontam para a presença constante do mercado informal de medicamentos em diferentes regiões do país (Guiné-Bissau, 2018).

Diante desse cenário, a literatura analisada indica que as dificuldades encontradas pela população para obter medicamentos essenciais favorecem a procura por alternativas informais de aquisição. Como consequência, aumenta a exposição da população a medicamentos de origem duvidosa, armazenados e comercializados sem o cumprimento das condições exigidas para garantir sua qualidade e segurança (Saminanco, 2023). Por tanto, esta revisão identificou o cenário encontrado pela população para obter medicamentos essenciais na Guiné-Bissau.

A presente revisão ressalta que o acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios relacionados à disponibilidade dos medicamentos, às limitações da fiscalização sanitária e à presença do mercado informal. Esses fatores influenciam diretamente o acesso da população aos tratamentos necessários (Guiné-Bissau, 2018).

Nesse contexto, este trabalho traz uma contribuição para a Farmácia ao reunir e organizar informações obtidas em diferentes fontes sobre o acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau. A análise dos materiais selecionados permitiu identificar fatores relacionados à assistência farmacêutica no país, oferecendo uma compreensão mais ampla de uma realidade que, muitas vezes, está espalhada em diferentes estudos, documentos e publicações. Ao reunir essas informações em um único estudo, a revisão facilita a compreensão do conhecimento disponível sobre o tema e fortalece a discussão acadêmica acerca do acesso a medicamentos. Além disso, poderá servir de base para futuros estudos e pesquisas voltados para a assistência farmacêutica e para o aprofundamento das discussões sobre o acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão narrativa de caráter exploratório, complementada por análise documental, com foco no acesso da população a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau. A revisão narrativa permite reunir, analisar e discutir a produção científica já existente sobre um tema de forma ampla, sem seguir protocolos rígidos, integrando diferentes áreas do conhecimento (Ogassavara et al., 2023). Considerando a limitada disponibilidade de produção científica específica sobre o tema, a pesquisa incorporou produção acadêmico-científica, documentos técnico-institucionais e fontes jornalísticas, abordando barreiras, impactos e estratégias para ampliação do acesso.

As buscas na literatura foram realizadas de forma exploratória, sem limitação temporal, utilizando o sistema de busca do Google Acadêmico, além de sites oficiais, jornais e reportagens on-line, monografias de graduação, especialização, mestrado e doutorado, resumos de eventos nacionais e internacionais, entre outros. Buscas adicionais foram realizadas a partir das listas de referências dos materiais selecionados.

Foram utilizados termos descritores correlatos no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) em português: “acesso a medicamentos”, “medicamentos essenciais”, “custos de medicamentos” e “medicamentos falsificados”. Outros termos livres relacionados, como uso de medicamentos informais, também foram empregados para ampliar a abrangência da busca.

Os descritores foram combinados por meio do operador booleano (AND) associado os descritores à especificação do país de interesse - Guiné-Bissau, e o levantamento foi realizado até maio de 2026. Os critérios de exclusão adotados foram: (i) materiais em duplicata; (ii) texto completo indisponível; (iii) textos em línguas diferentes do português; e (iv) artigos não relacionados ao tema dos desafios no acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau.

Foram incluídos materiais que abordaram barreiras no acesso a medicamentos essenciais, impactos relacionados à indisponibilidade desses medicamentos e estratégias para ampliação do acesso na Guiné-Bissau. Foram aceitos diferentes tipos de publicação e delineamentos de estudo. Considerando o caráter narrativo e exploratório da revisão, não foi realizada avaliação formal da qualidade metodológica ou do risco de viés das fontes selecionadas.

Para fins de análise, os materiais foram organizados segundo sua natureza e função no corpus. A produção acadêmico-científica foi utilizada para identificar resultados provenientes de pesquisas conduzidas em contexto acadêmico; os documentos técnico-institucionais foram

analisados como registros de políticas, estruturas, prioridades, limitações e estratégias relacionadas ao setor farmacêutico; e as publicações jornalísticas foram consideradas fontes documentais de acontecimentos, práticas, denúncias, discursos de atores sociais e situações relacionadas ao acesso, circulação e controle de medicamentos registrados no espaço público.

As fontes jornalísticas possuem estatuto evidencial distinto da produção científica. Seus registros documentais não constituem, isoladamente, demonstrações de relações causais, estimativas de prevalência ou fundamentos para generalizações sobre a população.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos quadros 1, 2 e 3 estão descritas, respectivamente, a produção acadêmico-científica, os documentos técnico-institucionais e as fontes jornalísticas selecionados para a pesquisa, com os principais achados ou recortes relevantes e as temáticas relacionadas. Os identificadores dos títulos foram mantidos para correspondência com a discussão.

**Quadro 1** – Produção acadêmico-científica selecionada.

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 1:**<br>Gestão da segurança do paciente: percepção da equipe de enfermagem de uma maternidade de Guiné-Bissau<br>Autor(es): DABO, Cadi<br>Ano: 2023<br>Tipo: Dissertação<br>Abordagem: Qualitativa<br>Fonte: Google Acadêmico<br>**Referência:**<br>DABO, Cadi. Gestão da segurança do paciente: percepção da equipe de enfermagem de uma maternidade de Guiné-Bissau. 2023. | Ao serem questionadas sobre os fatores que podem influenciar na qualidade da assistência na maternidade, algumas das entrevistadas relataram falta de medicamentos, falta de materiais e má gestão como elementos que podem influenciar nos serviços prestados.<br>A maternidade do Hospital Nacional Simão Mendes não dispõe de uma farmácia de emergência, as parturientes e seus familiares são responsáveis por custear o tratamento na sua íntegra, porém, se tratando de um país onde o poder econômico da população é fraca, acontece muitas das vezes de ter parturiente que não possui condições financeiras para custear o tratamento, tendo essa realidade, os profissionais fazem o possível para prestar o cuidado parturiente que necessita.<br>Atualmente, a ONG Espanhola financiada pela União Europeia Ayuda, Intercambio y Desarrollo (AIDA), instalou uma farmácia gratuita no HNSM e fornece medicamentos e insumos farmacêuticos para parturientes com dificuldades financeiras, porém eles fornecem apenas metade do que parturiente precisa para seu tratamento. | Falta ou Insuficiência de Medicamentos<br>Acesso Privado: compra particular medicamento por pacientes e familiares. |

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 2** – Documentos técnico-institucionais selecionados.

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 2:**<br>Perfil Nacional para Avaliar as Capacidades do País na Gestão dos Produtos Químicos<br>Autor(es): Guiné-Bissau. Ministério da Energia e dos Recursos Naturais. Direcção Geral do Ambiente<br>Ano: 2005<br>Tipo: Relatório técnico<br>Abordagem: Qualitativa<br>Fonte: Google Acadêmico<br>**Referência:**<br>GUINÉ-BISSAU. Ministério da Energia e dos Recursos Naturais. Direcção Geral do Ambiente. Perfil nacional para avaliar as capacidades do país na gestão dos produtos químicos. Bissau, set. 2005. | Relativamente à saúde o país confronta-se com a proliferação de farmácias, onde em muitos dos casos a qualidade dos medicamentos são muito duvidosos, para não falar da venda indiscriminada de medicamentos em tudo quanto é mercado da capital e dos outros centros do país.<br>Os laboratórios importam reagentes que por vezes estão em estado obsoleto e mesmo os usados carecem de tratamentos adequados.<br>Falta de controle sobre venda ilícita de medicamentos pelas autoridades sanitárias. Medicamentos esses por vezes fora de prazo o que constitui perigo de intoxicação da população; fraca aplicação de legislação sobre o controle e fiscalização do setor farmacêutico. | Uso informal e descontrolado de medicamentos<br>Falta de fiscalização e controle sanitário. |
| **Título 5:**<br>Roteiro de BPF para Guiné-Bissau: Estabelecendo a produção farmacêutica a padrões de BPF reconhecidos internacionalmente<br>Autor(es): ONUDI / OOAS<br>Ano: 2019<br>Tipo: Documento técnico<br>Abordagem: Descritiva e Qualitativa<br>Fonte: Google<br>Acadêmico<br>**Referência:**<br>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ONUDI); ORGANIZAÇÃO OESTE AFRICANA DA SAÚDE (OOAS). Roteiro de BPF para Guiné-Bissau: estabelecendo a produção farmacêutica a padrões de BPF reconhecidos internacionalmente. 2019. | Atualmente Guiné-Bissau não possui nenhum fabricante farmacêutico e, de acordo com o atual entendimento, não há projetos específicos em desenvolvimento que envolvam a instalação de fabricantes farmacêuticos no país.<br>Há problemas no país em relação ao comércio e utilização de medicamentos inadequados e falsificados. Em comum com vários países da região, os intervenientes indicaram a necessidade de fortalecer a capacidade regulatória a fim de aprimorar o nível da fiscalização no mercado.<br>As autoridades de Guiné-Bissau, embora registrem que não há nenhum plano para o desenvolvimento da indústria farmacêutica no país, expressaram seu apoio à iniciativa regional e aos benefícios, em termos de acesso a medicamentos, que podem ser obtidos no país através da produção de alta qualidade na África Ocidental.<br>Os intervenientes entendem que a população relativamente pequena de Guiné-Bissau torna provável que, se houvesse qualquer operação de fabricação farmacêutica no país, seria necessário realizar uma parcela significativa de seus negócios por meio de exportações, dado o fato de que o mercado nacional em si é provavelmente insuficiente para manter um negócio economicamente viável. | Ausência de produção local<br>Comércio e uso de medicamentos inadequados |

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 8:**<br>Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário<br>Ano: 2018<br>Tipo: Relatório técnico e estratégico<br>Abordagem: Qualitativa<br>Fonte: Google Acadêmico<br>**Referência:**<br>GUINÉ-BISSAU. Ministério da Saúde Pública. Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2018–2022. Bissau: Ministério da Saúde Pública, 2018.<br>Disponível em: https://extranet.who.int/cpcd/global-repository/plano-nacional-de-desenvolvimento-sanitario-2018-2022. Acesso em: 9 set. 2026. | A Central de Compra de Medicamentos Essenciais (CECOME) é responsável pelo abastecimento e distribuição dos medicamentos e outros produtos terapêuticos em todo o território nacional.<br>O fornecimento de medicamentos é irregular, com desafios na manutenção da rede de frio, gestão de inventário inadequada e falta de padronização dos equipamentos e infraestruturas.<br>O orçamento regular do MINSAP e das estruturas sanitárias depende maioritariamente do apoio dos parceiros de desenvolvimento. O OGE alocado para a saúde é exíguo.<br>Grande parte das estruturas sanitárias não têm orçamento de funcionamento, recorrendo a receitas próprias de prestação de serviços, criando situações muitas vezes pouco transparentes.<br>Os desafios da securização dos medicamentos e outros produtos terapêuticos incluem a fraca institucionalização das aquisições, insuficiência de materiais e irregularidade no fornecimento.<br>As orientações estratégicas para a garantia dos medicamentos propõem reforçar os mecanismos de aquisição e distribuição, garantir qualidade e racionalidade do uso dos produtos essenciais.<br>Faltam instrumentos regulatórios e mecanismos de supervisão no setor farmacêutico, com necessidade de atualização da política farmacêutica nacional.<br>A produção legislativa associada ao setor farmacêutico inclui regulamentos sobre importação, armazenamento e distribuição de medicamentos, que precisam de revisão e efetiva aplicação. | Abastecimento e distribuição; gestão farmacêutica; regulação e política farmacêutica nacional. |

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 3** – Fontes jornalísticas selecionadas para análise documental.

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 3:**<br>Mochilas e cacifes transformados em farmácias<br>Autor(es): Alfredo Saminanco<br>Ano: 2023<br>Tipo: Reportagem jornalística<br>Abordagem: Descritiva e Qualitativa<br>Fonte: Jornal Nô Pintcha<br>**Referência:**<br>SAMINANCO, Alfredo. Mochilas e cacifes transformados em farmácias. Bissau, 14 set. 2023.<br>Disponível em: https://jornalnopintcha.gw/2023/09/14/10337/ Acesso em: 18. Fev. 2026 | A venda de medicamentos no mercado informal ou nas ruas atinge proporções alarmantes, constituindo assim uma ameaça à saúde pública e concorrência desleal ao mercado farmacêutico.<br>Mesmo com a sua interdição pelas autoridades sanitárias, os curiosos continuam a desafiar a ordem, vendendo esses medicamentos de forma ambulatória nas avenidas e nos mercados da capital, assim como no interior do país.<br>Essas pessoas, além de não estarem devidamente credenciadas para o efeito, também os locais onde esses medicamentos são vendidos não apresentam condições para a conservação dos mesmos, isso associado às péssimas condições de higiene. Também, os medicamentos estão expostos às temperaturas acima dos 25 graus, o que faz com que os medicamentos percam seus princípios ativos.<br>Segundo constatou o repórter do Nô Pintcha, os "farmacêuticos de rua" adotam novas técnicas para transgredir a lei e os agentes da inspeção, camuflando com coletes de Orange e MTN como vendedores de crédito, com mochilas nas costas cheias de medicamentos, deambulando de um lado para outro. Igualmente, usam os cacifes e contentores para a venda discreta de medicamentos.<br>Algumas farmácias e/ou farmacêuticos são cúmplices pelo aumento de venda de medicamentos nas ruas, porque são eles os fornecedores de medicamentos a esses indivíduos, principalmente àquelas farmácias que não respeitam as exigências do Ministério de Saúde.<br>Mas no interior do país, a realidade é totalmente diferente, porque naquelas zonas, devido à alta taxa de analfabetismo e fraco poder de compra, facto que leva o aumento dia-pós-dias dessa prática de venda ambulante de medicamentos, substituindo assim as farmácias. Agora, a compra de medicamentos transportados nas "mochilas" está-se a transformar num hábito, principalmente nas zonas rurais e nos subúrbios de Bissau.<br>No interior, essa atividade é muito mais notória, devido à insuficiência de farmácias. Há zonas do país onde não existe uma única farmácia nem centro de saúde. Mediante aquela situação, a população é obrigada a procurar alternativas. O mais caricato de tudo é que, nessas localidades, as pessoas automedicam-se. | Venda ambulante e informal de medicamentos<br>Automedicação e riscos à saúde pública<br>Falta de fiscalização sanitária<br>Criação da autoridade reguladora de farmácias e medicamentos |

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 4:**<br>Deputados preocupados com preço elevado dos medicamentos<br>Autor(es): Elisangila Raisa Silva dos Santos; Anézia Tavares Gomes<br>Ano: 2018 (republicação consultada)<br>Tipo: Artigo - Notícia jornalística<br>Abordagem: Descritiva / Qualitativa<br>Fonte: Rádio Sol Mansi, republicada em Conosaba do Porto<br>**Referência:**<br>SANTOS, Elisangila Raisa Silva dos; GOMES, Anézia Tavares. Deputados da Guiné-Bissau preocupados com preço elevado dos medicamentos. Rádio Sol Mansi, republicada em Conosaba do Porto, 26 jun. 2018.<br>Disponível em: https://conosaba.blogspot.com/2018/06/deputados-da-guine-bissau-preocupados.html. Acesso em: 9 set. 2026. | O deputado da nação do círculo da África, Hipólito da Silva, diz estar preocupado com o preço exorbitante dos medicamentos nas farmácias da Guiné-Bissau em relação aos outros países da União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA).<br>A preocupação foi manifestada, esta segunda-feira (26), durante a sessão parlamentar, onde também se falou da disparidade de preço de medicamentos nas farmácias a nível nacional, em relação com os de países da UEMOA. O deputado para círculo da África, Hipólito da Silva, considera de grave a situação porque 'não existem tabelas de preço fixo dos medicamentos nas farmácias a nível nacional'.<br>Cada um vende ao seu preço e a diferença dos preços com o Senegal é imensa. Aqui em Bissau um medicamento custa 13.800 francos cfa e em Ziguinchor - Senegal o mesmo medicamento custa 3.500 francos cfa. – "Só o governo pode ajudá-los" (…). | Preço elevado dos medicamentos, ausência de regulação dos preços, venda irregular em farmácias e circulação de medicamentos falsos na Guiné-Bissau |

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 6:** Polícia Judiciária encerra mais de quarenta farmácias com licenças falsas<br>Autor: LUSA<br>Ano: 2022<br>Tipo: Notícia<br>Abordagem: Descritiva<br>Fonte: RTP Notícias<br>**Referência:**<br>LUSA. PJ da Guiné-Bissau encerra mais de 40 farmácias a funcionar com licenças falsas. RTP Notícias, 3 out. 2022.<br>Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pj-da-guine-bissau-encerra-mais-de-40-farmacias-a-funcionar-com-licencas-falsas_n1437096. Acesso em: 9 set. 2026. | A Polícia Judiciária (PJ) desencadeou a operação "HIGIA", que levou ao encerramento de mais de 40 farmácias em Bissau e no interior do país que funcionavam com licenças falsas.<br>A Diretora Nacional Adjunta da PJ, Cornélia Vieira Té, explicou que a operação é focada em estabelecimentos farmacêuticos devido à proliferação de farmácias que funcionam com licenças falsas e no contrabando de medicamentos de origem duvidosa.<br>Durante a operação, foram detidos altos funcionários do Ministério da Saúde Pública e da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) por suspeitas de corrupção, peculato, falsificação de documentos e usurpação de funções.<br>A responsável destacou que a saúde pública está em primeiro lugar e que qualquer indício de criminalidade será alvo de imediata investigação. | Fiscalização e combate à falsificação de licenças e contrabando de medicamentos na Guiné-Bissau. |

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 7:** Venda de medicamentos no mercado informal preocupa autoridades guineenses<br>Autor: Braima Darame (Bissau) e Marta Barroso - Edição: Helena de Gouveia<br>Ano: 17 de junho de 2011<br>Tipo: Notícia<br>Abordagem: Descritiva<br>Fonte: Site Oficial - DW<br>**Referência:**<br>DARAME, Braima; BARROSO, Marta. Guiné-Bissau: venda ilegal de medicamentos na Guine-Bissau. DW África, 17 jun. 2011.<br>Disponível em: https://www.dw.com/. Acesso em: 18 Fev. 2026. | A Central de Compra de Medicamentos Essenciais (CECOME) é responsável pelo abastecimento e distribuição dos medicamentos e outros produtos terapêuticos em todo o território nacional.<br>O fornecimento de medicamentos é irregular, com desafios na manutenção da rede de frio, gestão de inventário inadequada e falta de padronização dos equipamentos e infraestruturas.<br>O orçamento regular do MINSAP e das estruturas sanitárias depende maioritariamente do apoio dos parceiros de desenvolvimento. O OGE alocado para a saúde é exíguo.<br>Grande parte das estruturas sanitárias não têm orçamento de funcionamento, recorrendo a receitas próprias de prestação de serviços, criando situações muitas vezes pouco transparentes.<br>Os desafios da securitização dos medicamentos e outros produtos terapêuticos incluem a fraca institucionalização das aquisições, insuficiência de materiais e irregularidades no fornecimento.<br>As orientações estratégicas para a securitização dos medicamentos propõem reforçar os mecanismos de aquisição e distribuição, garantir qualidade e racionalidade do uso dos produtos essenciais.<br>Faltam instrumentos regulatórios e mecanismos de supervisão no setor farmacêutico, com necessidade de atualização da política farmacêutica nacional.<br>A produção legislativa associada ao setor farmacêutico inclui regulamentos sobre importação, armazenamento e distribuição de medicamentos, que precisam de revisão e efetiva aplicação. | Comércio informal de medicamentos e riscos à saúde pública na Guiné-Bissau.<br>Barreiras no abastecimento e distribuição de medicamentos. |
| **Título 9:**<br>Medicamentos de origem duvidosa em 80 por cento das farmácias da Guiné-Bissau<br>Autor: LUSA<br>Ano: 2013<br>Tipo: Notícia jornalística<br>Abordagem: Descritiva e Qualitativa<br>Fonte: site oficial RTP<br>Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/medicamentos-de-origem-duvidosa-em-80-por-cento-das-farmacias-da-guine-bissau_n622649 | Em reportagem de 2013, a Lusa registrou a estimativa de um responsável do setor de que cerca de 80% das farmácias comercializavam medicamentos de origem duvidosa, com procedência atribuída principalmente a países vizinhos, como Nigéria, Gâmbia e Guiné-Conacri.<br>Na Guiné-Bissau não existe um laboratório de controle dos medicamentos vendidos ao público. O país dispõe de um Depósito Central de Compras de Medicamentos Essenciais (CECOME), porém os medicamentos disponíveis são provenientes de donativos.<br>Há propagação de postos de venda de medicamentos sem qualquer controle e fora das farmácias. A Inspeção Geral de Saúde enfrenta falta de meios materiais e humanos para combater a venda ambulante de medicamentos. Muitos medicamentos são conservados em condições inadequadas devido à falta de energia elétrica e às elevadas temperaturas do país. | Mercado informal, e medicamentos de origem duvidosa |

| REFERÊNCIA | PRINCIPAIS ACHADOS / RECORTES RELEVANTES | TEMÁTICA(S) |
|---|---|---|
| **Título 10:**<br>Ordem dos enfermeiros alerta para comércio ilegal de medicamentos em hospitais e insta à denúncia imediata<br>Autor(es): Rádio Sol Mansi<br>Ano: 2026<br>Tipo: Notícia jornalística – Rede Social<br>Abordagem: Qualitativa<br>Fonte: Rádio Sol Mansi<br>Disponível em: https://share.google/RrkD0m4nJhzD90LX0 | O bastonário da Ordem dos Enfermeiros da Guiné-Bissau, Alberto Oliveira Lopes, aconselhou os técnicos de saúde a abandonarem a prática de venda clandestina de medicamentos nos hospitais, alertando que esta situação acaba por aumentar os encargos económicos dos pacientes.<br>Existem denúncias sobre a venda de medicamentos, por vezes fora do prazo de validade, em hospitais e centros de saúde do país. Esta prática, conhecida como "pingo doce", envolve técnicos de saúde que aliciam doentes a comprar medicamentos fora dos canais oficiais. Segundo informações, estes medicamentos estão a ser armazenados em sacos de plástico, o que não garante as condições adequadas de conservação.<br>Esta situação está relacionada com falhas de fiscalização, corrupção e mercado informal de medicamentos, colocando em risco a segurança dos pacientes. Nos hospitais e centros de saúde persistem denúncias de venda irregular de medicamentos. Em alguns casos, os medicamentos são provenientes de ofertas feitas por pacientes após a alta ou falecimento, sendo posteriormente desviados e vendidos por técnicos de saúde a outros doentes. | Dificuldades na fiscalização dos medicamentos em hospitais e posto de saúde |
| **Título 11:**<br>Faltam medicamentos básicos na Guiné-Bissau desde 2023<br>Autor(es): RTP<br>Ano: 2025<br>Tipo: Notícia jornalística<br>Abordagem: Qualitativa<br>Fonte: site RTP<br>Disponível em:<br>https://www.rtp.pt/noticias/mundo/faltam-medicamentos-basicos-na-guine-bissau-desde-2023_v1656834 | A situação agravou-se desde o final de 2023 devido à falta de medicamentos básicos nas comunidades, incluindo medicamentos amplamente utilizados, como o paracetamol. A escassez desses medicamentos tem dificultado o acesso ao tratamento, sobretudo nas aldeias mais afastadas, comprometendo a assistência à saúde da população. | Falta ou Insuficiência<br>de Medicamentos |

Fonte: elaboração própria.

A análise dos materiais selecionados demonstrou que os desafios do acesso aos medicamentos essenciais na Guiné-Bissau são influenciados por diferentes fatores, como a disponibilidade irregular dos produtos, a qualidade, a comercialização e a fiscalização. Os estudos também ressaltam os impactos na assistência à saúde e na segurança da população, especialmente no que se refere à continuidade e à eficácia dos tratamentos, além de destacarem iniciativas voltadas ao fortalecimento do controle e à melhoria da disponibilidade

desses medicamentos. Os principais achados identificados foram organizados em categorias temáticas e são apresentados e discutidos separadamente a seguir.

**Categoria 1: A realidade do acesso a medicamentos**

Os estudos reunidos nesta categoria mostram que as principais dificuldades de acesso aos medicamentos essenciais na Guiné-Bissau estão relacionadas às limitações no abastecimento, à dependência da importação e ao elevado custo dos medicamentos. (Guiné-Bissau, 2018) destaca que, embora a Central de Compra de Medicamentos Essenciais (CECOME) seja responsável pela aquisição e distribuição desses produtos, o fornecimento ainda ocorre de forma irregular, devido às falhas na gestão dos estoques, limitações na infraestrutura e insuficiência de recursos financeiros.

Por outro lado, o documento da (ONUDI e da OOAS 2019) destacou que a inexistência de produção farmacêutica local faz com que o país dependa integralmente da importação de medicamentos, tornando o abastecimento mais vulnerável e dificultando a disponibilidade contínua desses produtos para a população.

Segundo Santos e Gomes (2018), a ausência de uma regulação eficaz da tabela de preços dos medicamentos contribui significativamente para a variação dos valores comercializados nos hospitais, centros de saúde e nas farmácias local. Essa situação resulta também em preços muito elevados dos medicamentos, além de gerar diferenças expressivas entre os valores locais e os de países vizinhos. Como consequência, o acesso aos medicamentos torna-se mais difícil, sobretudo para a população de baixa renda.

Em suma, os títulos 1 e 11 mostram a falta ou insuficiência de medicamentos como uma dificuldade para o acesso ao tratamento. O título 1 relata a falta de medicamentos na maternidade, fazendo com que pacientes e familiares tenham que realizar a compra particular dos medicamentos necessários. O título 11 mostra que a falta de medicamentos básicos também ocorre nas comunidades, principalmente nas aldeias mais afastadas, dificultando o acesso ao tratamento e comprometendo a assistência à saúde da população.

**Categoria 2: Aspectos associados à Farmacovigilância**

A fiscalização dos medicamentos constitui um dos principais desafios do setor farmacêutico na Guiné-Bissau, nesse contexto, o (Guiné-Bissau, 2018) destaca a necessidade de fortalecer os mecanismos regulatórios e de supervisão do setor farmacêutico, evidenciando que essas limitações comprometem a efetividade das ações de fiscalização no país.

Essa realidade também é destacada pela reportagem da Lusa (2022), que identificou farmácias em funcionamento com licenças falsas, além da comercialização de medicamentos de origem duvidosa e de irregularidades envolvendo instituições responsáveis pela fiscalização. Da mesma forma, Darame; Barroso (2011) descreve que a venda de medicamentos no mercado informal permanece frequente, apesar das restrições previstas na legislação nacional. Esses resultados demonstram que as fragilidades na fiscalização favorecem a permanência de práticas irregulares relacionadas à comercialização de medicamentos no país.

Entretanto a Rádio Sol Mansi (2026) também relata a prática conhecida como “pingo doce”, caracterizada pelo desvio e pela comercialização irregular de medicamentos dentro de hospitais e centros de saúde. Segundo a reportagem, alguns profissionais de saúde vendem medicamentos diretamente aos pacientes e, em determinados casos, esses produtos são armazenados em sacos plásticos, sem condições adequadas de conservação, podendo inclusive estar fora do prazo de validade. Esses achados demonstram que as fragilidades na fiscalização não se restringem ao mercado informal, mas também estão presentes nas próprias unidades de saúde, dificultando o controle dos medicamentos e a efetiva aplicação da legislação sanitária.

Por tanto, de forma resumida, é possível inferi que os títulos 02, 03, 06, 07, 09 e 10 mostram problemas relacionados ao uso informal, à venda, à qualidade e à fiscalização dos medicamentos. O título 02 apresenta a venda indiscriminada de medicamentos, produtos de qualidade duvidosa e a falta de controle sobre a venda ilícita, incluindo medicamentos fora do prazo de validade. O título 03 mostra que a venda nas ruas e no mercado informal ocorre de forma crescente, muitas vezes por pessoas não habilitadas e sem condições adequadas de conservação. O título 06 relata o encerramento de farmácias que funcionavam com licenças falsas e situações relacionadas ao contrabando de medicamentos. O título 07 reforça a preocupação com a permanência da venda ilegal de medicamentos no mercado informal. Já o título 10 mostra que também existem denúncias de venda irregular dentro de hospitais e centros de saúde, incluindo medicamentos desviados, fora do prazo de validade ou

armazenados de forma inadequada. O Título 9 evidenciou a presença de medicamentos de origem duvidosa nas farmácias. Assim, os resultados mostram que as dificuldades de fiscalização aparecem em diferentes espaços e envolvem a venda, a procedência, a conservação e o uso dos medicamentos.

**Categoria 3: A Política Nacional de Medicamentos**

Os títulos 3, 4, 5 e 8 abordam dificuldades relacionadas à regulação, ao fornecimento, aos preços e à produção de medicamentos. O título 3 destaca a necessidade de fortalecer a regulação e o controle dos medicamentos. O título 8 apresenta dificuldades na aquisição, no fornecimento e na distribuição, além de problemas na gestão dos estoques e na supervisão do setor. O Título 5 mostra que a Guiné-Bissau não possui produção farmacêutica local e depende da importação de medicamentos. O título 4, destaca que os preços elevados e a ausência de regulação dos preços, dificultam a compra dos medicamentos pela população. Essas condições tornam o acesso aos medicamentos mais difícil, principalmente para população de baixa renda, comprometendo a continuidade do tratamento.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão ressalta que o acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios relacionados à disponibilidade dos medicamentos, às limitações da fiscalização sanitária e à presença do mercado informal. O acesso a medicamentos essenciais em Guiné-Bissau ainda representa um grande desafio devido a diversos fatores, entre eles as dificuldades no abastecimento das unidades de saúde, a ausência de uma indústria farmacêutica nacional, que torna o país dependente da importação de medicamentos, os elevados custos dos medicamentos e as fragilidades na fiscalização sanitária. Diante dessa realidade, principalmente a população de baixa renda encontra dificuldades para obter os medicamentos pelos serviços formais de saúde e acaba recorrendo ao mercado informal como alternativa para adquirir tratamentos a preços mais acessíveis, mesmo sem garantia de qualidade, segurança e eficácia.

Durante o levantamento da literatura também foi possível observar que ainda existem poucos estudos sobre o acesso a medicamentos essenciais na Guiné-Bissau. Por esse motivo, novas pesquisas poderão aprofundar questões relacionadas ao mercado informal, à disponibilidade de medicamentos nas unidades de saúde, às dificuldades enfrentadas pela população e às medidas adotadas para melhorar o acesso aos tratamentos. No entanto, a ampliação dessas evidências poderá contribuir para uma compreensão mais aprofundada da realidade vivida pela população guineense em relação ao acesso aos medicamentos, trazendo maior visibilidade a uma questão que afeta diretamente os cuidados em saúde e que ainda recebe atenção limitada na produção científica nacional e internacional.

# REFERÊNCIAS

DABO, Cadi. **Gestão da segurança do paciente: percepção da equipe de enfermagem de uma maternidade de Guiné-Bissau**. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32040. Acesso em: 9 set. 2026.

DARAME, Braima; BARROSO, Marta. Guiné-Bissau: venda ilegal de medicamentos na Guine- Bissau. **DW África**, 17 jun. 2011. Disponível em: https://www.dw.com/. Acesso em: 18 Fev. 2026.

FERREIRA, Alessandra Ribeiro de Faria; FERNANDES, Bárbara Leles; ROQUE, John Messias de Oliveira; GAMA, Rafael Silva. Assistência farmacêutica: o acesso a medicamentos como garantia dos direitos humanos. **Revista Científica FACS**, Governador Valadares, v. 21, n. 28, p. 16–21, 2021. Disponível em: https://c2-wb-06.univale.br/index.php/revcientfacs/article/view/14. Acesso em: 9 set. 2026.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Energia e dos Recursos Naturais. Direcção Geral do Ambiente. **Perfil nacional para avaliar as capacidades do país na gestão dos produtos químicos**. Bissau, set. 2005. Disponível em: https://cwm.unitar.org/national-profiles/publications/cw/np/np_pdf/Guinea_Bissau_National_Profile.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Saúde Pública. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2018–2022**. Bissau: Ministério da Saúde Pública, 2018. Disponível em: https://extranet.who.int/cpcd/global-repository/plano-nacional-de-desenvolvimento-sanitario-2018-2022. Acesso em: 9 set. 2026.

LUSA. Medicamentos de origem duvidosa em 80 por cento das farmácias da Guiné-Bissau. **RTP Notícias**, Bissau, 25 jan. 2013. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/medicamentos-de-origem-duvidosa-em-80-por-cento-das-farmacias-da-guine-bissau_n622649. Acesso em: 9 set. 2026.

LUSA. PJ da Guiné-Bissau encerra mais de 40 farmácias a funcionar com licenças falsas. **RTP Notícias**, Bissau, 3 out. 2022. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pj-da-guine-bissau-encerra-mais-de-40-farmacias-a-funcionar-com-licencas-falsas_n1437096. Acesso em: 9 set. 2026.

OGASSAVARA, Dante; SILVA-FERREIRA, Thais da; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; TERTULIANO, Ivan Wallan; MONTIEL, José Maria. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 8–21, 2023. DOI: 10.33871/23594381.2023.21.3.7646. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/7646. Acesso em: 9 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ONUDI); ORGANIZAÇÃO OESTE AFRICANA DA SAÚDE (OOAS). **Roteiro de BPF para Guiné-Bissau: estabelecendo a produção farmacêutica a padrões de BPF reconhecidos internacionalmente**. 2019. Disponível em: https://downloads.unido.org/ot/16/38/16381795/Guinea%20Bissau%20Draft%20PT.pdf. Acesso em: 9 set. 2026.

RTP. Faltam medicamentos básicos na Guiné-Bissau desde 2023. **RTP Notícias**, 2025. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/faltam-medicamentos-basicos-na-guine-bissau-desde-2023_v1656834. Acesso em: 9 set. 2026.

RÁDIO SOL MANSI. **Ordem dos enfermeiros alerta para comércio ilegal de medicamentos em hospitais e insta à denúncia imediata**. 2026. Disponível em: https://share.google/RrkD0m4nJhzD90LX0. Acesso em 9 set. 2026.

SAMINANCO, Alfredo. Mochilas e cacifes transformados em farmácias. **Jornal Nô Pintcha**, Bissau, 14 set. 2023. Disponível em: https://jornalnopintcha.gw/2023/09/14/10337/. Acesso em: 9 set. 2026.

SANTOS, Elisangila Raisa Silva dos; GOMES, Anézia Tavares. Deputados da Guiné-Bissau preocupados com preço elevado dos medicamentos. **Rádio Sol Mansi**, republicada em Conosaba do Porto, 26 jun. 2018. Disponível em: https://conosaba.blogspot.com/2018/06/deputados-da-guine-bissau-preocupados.html. Acesso em: 9 set. 2026.